

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO 2010 a AGOSTO 2011.

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	256.978	645	257.623
Pessoal Ativo	225.630	645	226.275
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	7.216	-	7.216
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	218.414	645	219.059
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.348	-	31.348
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.176	-	1.176
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	30.172	-	30.172
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	50.282	645	50.927
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	7.216	-	7.216
Despesas de Exercícios Anteriores	13.631	645	14.276
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	29.435	-	29.435
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	206.696	-	206.696

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100	0,037395%	0,000000%	0,037395%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,067704%		374.222
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,064319%		355.511

FONTE: SIAFI 2010 e 2011.


Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) despesas liquidada R\$ 5.073.404,34
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque) despesa liquidada R\$ 284.547,04
- Despesas Liquidadas de Precatórios da Administração Indireta R\$ 118.506,33

Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho
 Desembargador Presidente

Glauco da Silva Campos
 Diretor Geral

Caio Geraldo Barros Pessoa de Souza
 Diretor da Secretaria de Controle Interno


 Leonardo Guedes Pereira
 Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças